

## CORRELAÇÃO ENTRE OS GASTOS COM EDUCAÇÃO NO ENSINO FUNDAMENTAL E OS RESULTADOS DO IDEB NOS MUNICÍPIOS DE SANTA CATARINA NO PERÍODO DE 2011 A 2014

Leandro Ribicki<sup>1</sup>  
Celso Galante<sup>2</sup>

### RESUMO

O objetivo do estudo é analisar a relação dos gastos com educação e os resultados obtidos no IDEB nos municípios de Santa Catarina no período de 2011 a 2014. Os procedimentos metodológicos caracterizam a pesquisa como descritiva, documental e quantitativa. A coleta de dados ocorreu por meio de planilhas com coleta nos 295 municípios de Santa Catarina. Como fonte de dados foram utilizados os demonstrativos do site do Tribunal de Contas do estado de Santa Catarina e o portal do Instituto Nacional de Pesquisa Educacionais (INEP), além do site da Federação Catarinense de Municípios (FECAM), as informações foram analisadas por associações de municípios, totalizando 21 associações. A análise dos dados coletados indicou que a associação que mais destinou recursos a educação em todos seus níveis foi a AMNOROESTE. Os resultados em geral demonstram que a associação da AMNOROESTE foi a que destinou maior volume de verbas para o financiamento da educação, porém não obteve a melhor média junto a prova do IDEB em nenhum dos anos analisados, já a AMAUC que ficou na 15ª colocação em relação a elevação dos gastos com ensino fundamental no período de 2011 a 2014, obteve primeira colocação nos dois anos na prova do IDEB, atingindo média 6 a qual compara-se de países desenvolvidos

**Palavras-chave:** Gastos públicos. Ensino fundamental. Índices.

### 1 INTRODUÇÃO

Garantir educação de qualidade atualmente tornou-se meta para o país, sendo ela a responsável pela elaboração e aperfeiçoamento de pesquisas, cuja finalidade é caucionar melhorias para a sociedade. O direito à educação disposto na Constituição Federal 1988, garante que todo cidadão brasileiro tenha acesso ao sistema de ensino, em seus diferentes níveis formais de educação. Para garantir esse direito de forma qualitativa são necessários o desenvolvimento de políticas públicas eficazes (BRASIL, 1988).

Para avaliar a qualidade no ensino fundamental e médio das escolas brasileiras o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), criou o Índice

<sup>1</sup> Graduando em Ciências Contábeis (UNOCHAPECÓ), e-mail: leandror@unochapeco.edu.br.

<sup>2</sup> Professor do Curso de Ciências Contábeis (UNOCHAPECÓ), Mestre em Contabilidade (FURB), e-mail: galante@unochapeco.edu.br.

de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), este indicador é calculado por meio das médias de aprovações escolares e das notas obtidas na prova SAEB e da Prova Brasil.

Para Silva e Ribeiro (2015) o Índice de desenvolvimento da educação Básica (IDEB) desenvolvido pelo INEP é uma ferramenta de mensuração da qualidade do ensino. Esse cálculo é feito por meio das aprovações escolares obtidas no censo escolar, e das médias de desempenho nas avaliações do sistema de avaliação da Educação Básica (SAEB) para as unidades da federação e para o país e a Prova Brasil para os municípios.

Segundo Chieza et al. (2013) a educação é um coeficiente que vem se mostrando como método para todos os países que almejam ter uma sociedade desenvolvida. No Brasil os bens e serviços aplicados na educação são de responsabilidade do governo, em suas três esferas, federais, estaduais e municipais conforme estabelecido pela constituição do país.

De acordo com Macêdo et al. (2015) as mudanças que estão ocorrendo por meio da globalização, merecem atenção especial por parte das entidades públicas, de modo que seja redefinido os métodos de aplicação dos recursos na educação de maneira que eles abrangem dimensões pessoais, sócias, nacionais e globais. O índice de qualidade na educação dos países desenvolvidos apresenta média 6, a meta no Brasil é chegar neste patamar.

Para Abreu e Wilbert (2013) a educação não é apenas um simples objeto de políticas públicas, mas sim uma ferramenta de transformação da sociedade, na qual o capital humano torna-se o objeto investido. Contudo ela só consegue atingir sua finalidade se os recursos designados forem aplicados de maneira precisa em programas educacionais.

Considerando tal contexto, essa pesquisa tem como problema a seguinte questão: **Qual a relação dos gastos com educação e os resultados obtidos no IDEB nos municípios de Santa Catarina no período de 2011 a 2014?** Nesse sentido o objetivo é analisar a relação dos gastos com educação e os resultados obtidos no IDEB nos municípios de Santa Catarina no período de 2011 a 2014.

Justifica-se o estudo pela importância em promover uma reflexão aos gestores públicos e aos usuários externos, sobre a eficiência na aplicação dos recursos públicos com a educação no ensino fundamental e os resultados apresentados com este investimento.

Quanto a relevância social, o estudo tem como propósito dar maior transparência para a sociedade sobre a aplicação dos recursos públicos. De acordo com a pesquisa espera-se saber quanto foi a evolução ou regressão dos gastos destinados à educação, qual o desempenho obtido no exame, com isso relacionar qual é a influência dos gastos sobre o desenvolvimento do ensino no estado.

Portanto a estrutura deste artigo apresenta além da introdução, a revisão de literatura onde são abordados assuntos como gastos públicos, gastos com educação, índice de desenvolvimento da educação básica. Contendo ainda estudos correlatos, de alguns autores que tem conteúdos similares em seus artigos. Também completa os procedimentos metodológicos, a análise dos dados coletados, além das conclusões e recomendações da pesquisa.

## **2 REVISÃO DE LITERATURA**

Na revisão de literatura apresentam-se assuntos condicionam um embasamento na pesquisa sobre a efetividade do controle dos recursos públicos. Este estudo aprofunda o assunto nas questões dos conceitos e aplicações dos gastos públicos, gastos com educação, e IDEB a fim de mostrar sua importância para a sociedade em geral.

### **2.1 GASTOS PÚBLICOS**

Em toda organização governamental os gastos ocorrem para que haja a realização dos serviços públicos. As entidades públicas para atender a legislação e ter um controle, fazem um planejamento anual, a elaboração do orçamento público sendo que por meio dele baseiam-se o quanto irão gastar aproximadamente, levando em consideração as receitas previstas. Para Araújo et al. (2016) a aplicação dos gastos públicos na educação, proporciona um maior nível de desenvolvimento de um país, além de permitir uma melhor capacitação do estudante, para que diante da complexidade do mundo, possa sair instruído com uma base sólida de conhecimento.

Os gastos públicos ainda podem ser tratados como qualquer desembolso efetuado pela administração pública, nos termos da legislação financeira, licitatória e orçamentária, contudo, respeitando os limites constitucionais previsto na legislação brasileira voltada os gestores públicos (BOHRER; COMUNELLO; GODARTH, 2013).

A 6ª edição das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP), publicadas em 10 de dezembro de 2014, definem que fazer orçamentos dos gastos públicos é a melhor forma da entidade se organizar, tanto com seu ciclo financeiro, quanto os serviços que a mesma é responsável em realizar.

De acordo com Alves e Tavares (2015) os recursos públicos surgem a partir da contribuição, via tributos que é a engrenagem da máquina pública. Esta contribuição deve voltar

a sociedade por meio políticas públicas eficazes capazes de satisfazer as demandas sociais e otimizar quaisquer perdas por gastos indevidos. A realização de um gasto que a administração vier executar tanto pelo gestor ou seus demandados deve ter a finalidade de propiciar serviços à comunidade ou dar condições essenciais de trabalhos aos funcionários públicos, garantido que as atividades da organização ocorram de forma contínua.

## 2.2 GASTOS COM EDUCAÇÃO

Este é um dos gastos que compõem o grupo total de desembolsos, sendo por meio dele que as organizações cumprem sua obrigação estabelecida pela constituição do país que garante o direito à educação a todos brasileiros. O governo é obrigado tanto em nível nacional, estadual e municipal a destinar recursos para o financiamento da educação no país

Para Abreu e Wilbert (2013) a questão que envolve os gastos com educação é colocada em um planejamento orçamentário, desenvolvido pelos gestores para a alocação dos recursos públicos. Para a conquista de níveis educacionais mais elevados é necessário que se realize a aplicação mais eficiente dos fundos disponíveis.

De acordo com Costa et al. (2015) a destinação dos recursos por parte do governo ao setor da educação tem como objetivo principal a oferta de bens e serviços imprescindíveis a população. As funções econômicas do Estado são distributivas, estabilizadora e a locativa cujo objetivo central é corrigir ou minimizar as divergências no âmbito da sociedade e de seus segmentos.

Segundo Beuren e Macedo (2013) o investimento em educação tem efeitos positivos sobre as habilidades humanas e a produtividade do trabalhador. A consequência tem como efeito benéficos tanto na individualidade pessoal como social. A teoria do capital humano considera a educação como estratégia de desenvolvimento proporcionando maior produtividade, competitividade e crescimento econômico.

De acordo com Crozatti (2013) as políticas voltadas a educação podem ser entendidas como ação do governo, sustentado pelo orçamento das entidades, controlado pela contabilidade na administração pública, visando proporcionar melhor aproveitamento dessas políticas educativas. O conjunto de fatores abrange a estrutura física das escolas, salários dos professores, matérias didáticas, transporte e projetos pedagógicos.

Segundo Bezerra e Savian (2013) a educação pode ser considerada um capital humano gerador de produtividade, onde quanto maior for o investimento, melhor serão as condições

para o desenvolvimento de novos conhecimentos. Esta ação gera maior crescimento econômico para a sociedade e eleva a qualidade de vida dos indivíduos. Esses gastos devem ser tratados como um investimento de valor real, pois objetiva-se mudar a sociedade por meio das pessoas fazendo com que se tornem detentoras de conhecimento, transformando o meio que estão inseridas.

Para Cunha, Bressan e Avelino (2013) os gastos com educação podem ser classificados como um produto em elaboração, que precisa de vários fatores para obter-se um resultado final, esse desembolso subsidia os custos ocorridos, como salários dos professores, materiais didáticos e conservação e ampliação das escolas.

Chieza et al. (2013) descrevem que o debate central gira em torno de políticas educacionais para a ampliação ao acesso no ensino de qualidade. Este fator buscar investigar qual gastos que mais impacta na destinação dessa verba seja salários ou matérias para o desenvolvimento das atividades. Kaveski, Martins e Scarpin (2015) abordam que os salários dos profissionais na área da educação variam por meio de dois aspectos: formação e experiência, mas deveriam ser calculados em relação a qualidade da educação obtidas por meio dos resultados do IDEB.

Borgert et al. (2012) destaca que os gastos com educação pública são compartilhados nas três esferas do governo: federal, estadual e municipal. Os municípios, os estados e o Distrito federal, devem aplicar 25% de sua arrecadação com impostos em educação, o que torna ela apresentar grande relevância no aspecto financeiro. Na Tabela 1 apresenta-se a pontuação e a posição que o estado se encontra em relação aos gastos com educação e o resultado nos indicadores.

**Tabela 1 - Pontuação para os resultados em educação e gastos per capita**

Posição	Resultado com Educação (Quanto maior melhor)	Gastos per capita (Quanto menor melhor)
1	27	1
2	26	2
3	25	3
4	24	4
5	23	5
6	22	6
7	21	7
8	20	8
9	19	9
10	18	10
....	....	...

Fonte: WILL, et al. (2012).

Conforme apresentado na Tabela 1, a posição que o município se encontra é calculada considerando os dois indicadores, gastos com educação e resultados obtidos no IDEB, desta forma atingirá a melhor colocação os municípios ou estados que melhor controlaram os recursos financeiros aplicados e que obtém desempenho elevado no indicador de qualidade.

Os gastos destinados aos programas educacionais visam atender o que a legislação impõe que é o direito a educação a todos, no entanto há preocupação por parte das entidades públicas em desenvolver métodos eficazes para o ensino de qualidade, sendo que através do conhecimento as pessoas mudam e conseqüentemente a sociedade que elas se encontram participa desse movimento progressista.

### 2.3 ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA – IDEB

Com objetivo de estabelecer um critério para monitorar o sistema de ensino no Brasil, o qual possa medir de forma sistemática o desenvolvimento das escolas brasileiras, e acompanhar o comportamento dos programas de incentivo a educação, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) desenvolveu o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) indicador que se tornou ferramenta para análise da qualidade na educação do país.

De acordo com Almeida e Domiciano (2013) a preocupação em melhorar a qualidade de ensino, primeiramente da rede pública a qual possui destaque nas políticas públicas do Brasil, sendo que um dos principais esforços das ações governamentais é expresso pelo escopo de atingir a nota 6,0 no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) até 2022, nível que corresponde à qualidade de ensino atual dos países desenvolvidos da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Para Soares e Xavier (2013) o IDEB de uma escola é definido como indicador de desempenho, sendo gerado pela nota obtida na Prova Brasil e por meio da taxa média de aprovação na escola. O indicador se eleva a medida que as notas na prova crescem, e as taxas de reprovação regridem. Esta ferramenta reúne dois fatores importantes para gerar um indicador que permite uma análise relevante do sistema público de ensino.

Segundo Silva e Silva, (2014) o IDEB contribui com uma ferramenta de avaliação da qualidade da educação, porém outras dimensões no ensino devem ser monitoradas como metodologia de ensino, seus custos, condição de trabalho e o corpo docente, visto que esse conjunto de fatores acabam impactando no resultado final obtido junto ao IDEB.

Ribeiro e Silva (2014) descrevem que o IDEB agrega enfoque pedagógico dos resultados das avaliações, possibilitando traçar metas de qualidade para o sistema educacional do país, por meio de comparações há países desenvolvidos onde a média é 6. O IDEB consolida-se como um instrumento crucial para o estado acompanhar como a educação do Brasil está sendo desenvolvida.

De acordo com os estudos em torno deste indicador percebe-se que o mesmo foi desenvolvido pois há uma preocupação por parte do estado em acompanhar e analisar o desenvolvimento da educação no país. Com os resultados que o indicador apresentar os gestores públicos terão ciência da maneira que os recursos estão sendo aplicados.

## 2.4 ESTUDOS CORRELATOS

Neste tópico apresentam-se, pesquisas desenvolvidas sobre à temática pesquisada, com gastos públicos, gastos com educação e o índice de desenvolvimento da educação básica, mostrando seu objetivo e resultados obtidos.

Borgert et al. (2012) analisou a relação entre os gastos realizados pelos estados brasileiros com Educação entre os anos de 2001 e 2010 e os resultados sociais apresentados pelas unidades da Federação de acordo com o censo do IBGE de 2010. Os resultados da pesquisa mostram que O Piauí é destaque positivo pela boa colocação em resultados sociais com poucos gastos, e Acre e Rondônia se destacam negativamente por apresentarem baixos resultados sociais com altos gastos.

O estudo de Abreu e Wilbert (2013) buscou avaliar a eficiência dos gastos públicos com educação fundamental dos municípios alagoanos, identificando os municípios mais e menos eficientes, por meio da Análise Envoltória de Dados, para o período de 2007 a 2011. Os municípios que foram classificados como eficientes foram aqueles com as piores condições de partida, em termos de riqueza média e nível educacional, e que gastaram pouco por aluno matriculado. Já os municípios menos eficientes, foram aqueles com a melhor condição de partida em termos de PIB per capita e que apresentaram elevados gastos por aluno, mas que alcançaram os piores desempenhos no IDEB de 2011.

Almeida e Domiciano (2013) buscou analisar os efeitos dos gastos públicos municipais, de custeio e de capital, em educação sobre o cumprimento das metas do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB)2011 na Paraíba, a partir do indicador de eficácia da gestão pública na rede municipal de ensino fundamental. Em linhas gerais, os principais

resultados mostraram que os gastos públicos em educação não geram efeitos no nível de eficácia da gestão pública municipal em termos de cumprimentos das metas do IDEB em 2011.

A pesquisa de Soares e Xavier (2013) investigou a descrição dos algoritmos do IDEB, a concepção de qualidade e de equidade de escolas. Os resultados alcançados no estudo mostram que algumas opções feitas na sua concepção têm consequências indesejáveis. Diante disso, o artigo traz sugestões de aperfeiçoamento, junto com propostas de mudanças na forma de divulgação e uso, que tornam o IDEB mais relevante.

O estudo de Silva e Silva (2014) analisou o perfil do IDEB no município de Araxá – MG. Como resultado da pesquisa constatou-se que no ano de 2011 duas escolas de Araxá conseguiram um resultado projetado para ser alcançado em 2022. Uma escola estadual obteve, nas séries finais, nota 6,0 e outra obteve nota 7,6, nas séries iniciais. Araxá, portanto, está com média superior à do Estado (5,8) e do país (3,5).

A pesquisa de Araújo et al. (2016) objetivou avaliar a eficiência na alocação dos gastos públicos com educação nos Colégios Militares do Exército, sendo tomados como referência de estudo os anos de 2009 e 2011 do 9º ano de estudo, que é a série final do ensino fundamental. Os resultados do estudo mostraram que para o ano de 2009 sete colégios (58,34%) foram considerados eficientes e, para o ano de 2011, apenas quatro unidades (30%), mediante o modelo DEA-BCC. Quando analisado por meio do modelo CCR, cinco colégios (41,67%) se mostraram eficientes, já em relação a 2011, apenas três (25%). Pode-se destacar que os colégios que apresentaram maior alocação de recursos, não necessariamente apresentaram-se eficientes indicando a necessidade de uma melhor gestão dos recursos por parte dos gestores frente a essas organizações.

Os estudos apresentados mostram que recursos existem e são aplicados, porém está ocorrendo uma deficiência na forma de aplicá-los, sendo que os salários com profissionais da área representam como o maior gasto, com isso caberia uma avaliação por parte da administração pública do currículo de cada professor para detectar a qualidade e preparação em relação ao conhecimento, além disso, avaliar as condições que recursos que estão disponíveis para a realização das aulas.

### **3 PROCEDIMENTOS METODOLOGICOS**

Quanto à natureza esta pesquisa se caracteriza como descritiva, tendo como procedimento análise documental, e definida como quantitativa pela forma de abordagem do

problema. Os procedimentos metodológicos são fundamentais para o desenvolvimento do estudo e para os resultados esperados ao final da pesquisa, por ser por meio deles que os dados da pesquisa são analisados.

Quanto aos objetivos da pesquisa é caracterizada como descritiva, de acordo com Gil (2002, p. 42), “as pesquisas descritivas têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis”, essa tipologia de pesquisa permite que por meio dos dados apresentados os estudos e apontamentos sejam analisados de maneira que o pesquisador não entre em mérito em relação ao conteúdo dos dados a ele apresentado.

Quanto aos procedimentos do estudo, define-se a pesquisa como documental, pois os dados da coleta foram extraídos de portais eletrônicos, aonde constam as notas obtidas no IDEB e o montante gastos com pessoal na educação de cada município. Para Beuren (2006, p.89) a pesquisa documental baseia-se em matérias que ainda não receberam um tratamento analítico ou que podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa.

A pesquisa caracteriza-se quanto à abordagem do problema como quantitativa, pois de acordo com Raupp e Beuren (2006, p. 92), “a abordagem quantitativa caracteriza-se pelo emprego de instrumentos estatísticos, tanto na coleta quanto no tratamento dos dados”. Considerando-se que no estudo foram analisadas as informações referente aos 295 municípios de Santa Catarina, os quais estão organizados em 21 associação para isso torna-se necessário a utilização de técnicas e recursos estatísticos.

Para Astor e Denise (2004, p.51) a abordagem pelo método quantitativo, tem como objetivo garantir resultados e evitar distorções de análise e de interpretação dos dados, possibilitando uma margem de segurança maior quanto às inferências.

O estudo buscou relacionar os gastos com educação e os resultados obtidos pelos municípios no IDEB, permitindo analisar se quanto maior o investimento maior são os resultados e suas variações de um período para o outro. A população e a amostra da pesquisa foram constituídas pelos 295 municípios do estado de Santa Catarina, sendo agrupados por associação os resultados.

#### **4 ANÁLISES DOS RESULTADOS**

Este tópico permite observar por meio dos valores gastos qual a variação dos recursos destinados ao financiamento da educação, nos municípios catarinenses agrupados por

associação e as variações que ocorreram no indicador IDEB. Por meio desse confronto possibilita-se identificar possíveis falhas na gestão dos recursos públicos.

A Tabela 2 apresenta as variações que ocorreram com os recursos destinados à educação nos municípios de Santa Catarina agrupados por associação ao qual pertencem, no período de 2011 a 2014.

**Tabela 2 - Gastos totais em todos níveis de educação agrupados por associação dos municípios de SC**

Associação	Gastos 2011- R\$	Gastos 2012- R\$	Gastos 2013-R\$	Gastos 2014 –R\$
AMAI	R\$ 64.756.955,58	R\$ 76.760.803,57	R\$ 82.500.175,97	R\$ 88.872.299,06
AMEOSC	R\$ 76.007.081,93	R\$ 89.812.891,05	R\$ 96.310.384,03	R\$ 113.865.536,12
AMOSOC	R\$ 139.254.597,69	R\$ 157.807.973,95	R\$ 167.590.959,23	R\$ 190.560.007,97
AMARP	R\$ 110.799.415,38	R\$ 130.339.166,12	R\$ 148.136.884,45	R\$ 162.017.676,50
AMAUC	R\$ 87.654.285,75	R\$ 102.295.209,09	R\$ 105.393.716,67	R\$ 120.207.997,61
AMAVI	R\$ 148.937.126,87	R\$ 180.027.709,58	R\$ 188.633.720,03	R\$ 215.478.121,31
AMERIOS	R\$ 54.351.007,26	R\$ 61.055.760,36	R\$ 66.168.173,94	R\$ 65.974.923,35
AMESC	R\$ 88.627.958,07	R\$ 105.260.973,79	R\$ 111.969.081,72	R\$ 138.463.998,10
AMFRI	R\$ 305.590.639,00	R\$ 367.558.599,58	R\$ 411.385.220,44	R\$ 493.921.128,03
AMMOC	R\$ 70.667.749,57	R\$ 87.987.297,65	R\$ 88.342.454,05	R\$ 99.543.991,47
AMMVI	R\$ 345.181.922,29	R\$ 410.187.823,60	R\$ 460.721.069,13	R\$ 503.458.243,56
AMNOROESTE	R\$ 19.565.160,12	R\$ 29.192.765,51	R\$ 27.920.298,97	R\$ 34.074.416,94
AMPLANORTE	R\$ 114.081.289,45	R\$ 133.475.928,39	R\$ 135.690.283,88	R\$ 152.273.229,50
AMPLASC	R\$ 43.264.015,68	R\$ 47.897.616,32	R\$ 51.560.362,30	R\$ 61.482.118,63
AMREC	R\$ 196.090.154,90	R\$ 211.853.503,62	R\$ 245.398.250,27	R\$ 281.079.763,78
AMUNESC	R\$ 403.381.052,16	R\$ 461.444.017,72	R\$ 510.259.316,37	R\$ 591.500.064,63
AMURC	R\$ 32.241.440,84	R\$ 35.713.792,89	R\$ 39.800.867,05	R\$ 42.721.914,63
AMUREL	R\$ 137.012.168,39	R\$ 165.791.452,96	R\$ 172.449.192,31	R\$ 205.198.109,35
AMURES	R\$ 159.556.105,36	R\$ 188.471.218,84	R\$ 198.956.942,66	R\$ 212.192.267,00
AMVALI	R\$ 152.288.936,97	R\$ 175.511.542,72	R\$ 192.399.689,67	R\$ 224.212.329,73
GRANFPOLIS	R\$ 500.481.189,05	R\$ 556.453.541,09	R\$ 619.737.920,69	R\$ 733.845.972,31

Fonte: Dados da pesquisa

No contexto demonstrado na Tabela 2 os dados apresentam as variações dos gastos com educação no estado de Santa Catarina, considerando a associação na qual pertencem, no período de 2011 a 2014. Do exercício 2011 para 2012 nenhuma associação apresentou regressão dos valores destinados ao financiamento da educação. No ano de 2014 evidenciou-se que uma associação do estado catarinense decaiu os recursos destinados à educação em 0,29% em relação ao ano anterior.

Outra correlação que a Tabela 2 permite fazer é a análise da variação dos gastos entre as maiores e menores associações. Composta por 28 municípios a AMAVI destinou um montante de R\$ 733.076.777,60 no período de 2011 há 2014, enquanto a segunda maior associação formada por 22 municípios a GRANFPOLIS destinou o valor de R\$

2.410.518.623,00 no mesmo período. A diferença de recursos entre elas atingiram um percentual de 228,82%.

A AMURC sendo a menor associação do estado com 5 municípios destinou no período R\$ 150.478,015, enquanto a segunda menor a AMNOROESTE formada por 6 municípios repassou o montante de R\$ 110.752,64 ao setor da educação, apresentando uma variação de gastos de 35,87%. Percebe-se que embora a primeira associação tendo mais municípios não foi a que mais destinou recursos, e nem a menor associação foi a que menos verbas repassou a este serviço público. No entanto estas variações podem ser explicadas por fatores como localização e a população que compõem os municípios que pertencem estas associações.

A pesquisa corrobora com Araújo et al. (2016) onde seu estudo avaliou a eficiência na alocação dos gastos públicos com educação nos Colégios Militares do Exército sendo tomados como referência de estudo os anos de 2009 e 2011 do 9º ano de estudo, que é a série final do ensino fundamental.

A Tabela 3 demonstra as variações percentuais ocorridas com os gastos em todos níveis de educação dos municípios catarinenses agrupados pela associação a qual pertencente.

**Tabela 3 – Variações dos gastos totais em todos níveis de educação**

Associação	2011 (%)	2012 (%)	2013 (%)	2014 (%)
AMAI	100	18,50	7,48	7,72
AMEOSC	100	18,16	7,23	18,23
AMOSC	100	13,32	6,20	13,71
AMARP	100	17,64	13,65	9,37
AMAUC	100	16,70	3,03	14,06
AMAVI	100	20,87	4,78	14,23
AMERIOS	100	12,34	8,37	-0,29
AMESC	100	18,77	6,37	23,66
AMFRI	100	20,28	11,92	20,06
AMMOC	100	24,51	0,40	12,68
AMMVI	100	18,83	12,32	9,28
AMNOROESTE	100	49,21	-4,36	22,04
AMPLANORTE	100	17,00	1,66	12,22
AMPLASC	100	10,71	7,65	19,24
AMREC	100	8,04	15,83	14,54
AMUNESC	100	14,39	10,58	15,92
AMURC	100	10,77	11,44	7,34
AMUREL	100	21,00	4,02	18,99
AMURES	100	18,12	5,56	6,65
AMVALI	100	15,25	9,62	16,53
GRANFPOLIS	100	11,18	11,37	18,41

Fonte: Dados da pesquisa.

Os indicadores apresentados na Tabela 3 demonstram as variações ocorridas com os gastos com todos níveis de educação no período de 2011 a 2014 nos municípios no estado de Santa Catarina unificado pela associação pertencente. No período de 2011 para 2012 as associações que mais evoluíram seus gastos foram a AMNOROESTE com uma elevação de 49,21%, AMMOC com 24,51% e AMUREL obtendo uma variação de 21%. No mesmo período as associações que apresentaram menor variação de recursos são a AMERC com 8,04%, AMURC progrediu em 10,77% e a GRANFPOLIS elevou em 11,18% os gastos com educação.

No exercício de 2012 para 2013 as associações que apresentaram os maiores aumentos das variações são AMREC em 15,83%, AMARP aumentou em 13,65% e a AMMVI elevou seus gastos em 12,32%. As menores variações ficaram com AMNOROESTE com redução de 4,36%, AMMOC com aumento de 0,40% e a associação AMPLANORTE atingindo uma elevação de 1,66%, sendo que destas associações a primeira apresenta uma variação negativa demonstrando um corte de recursos destinado a educação no período.

No período de 2013 para 2014 as três associações que tiveram maior variação dos seus gastos foram AMESC em 23,66%, AMNOROESTE realizou um aumento de 22,04% e a AMFRI de 20,06%. As menores variações ficaram com a associação da AMERIOS com regressão de 0,29%, AMURES com 7,34% e a AMURC apresentando uma redução 6,65%.

O estudo contribui com a pesquisa de Abreu e Wilbert, (2013) o qual objetivou avaliar a eficiência e a variação dos gastos públicos com educação no nível fundamental dos municípios alagoanos, identificando os municípios mais e menos eficientes. A mesma situação acontece com as associações catarinenses, onde algumas mostram-se eficientes e em crescente evolução dos recursos e algumas que demonstram regressão na destinação dos mesmos, sendo que em alguns períodos eles chegam a ser inferior ao período passado.

Na Tabela 4 as associações do estado de Santa Catarina são apresentadas em ordem de decrescente por meio da média dos gastos com todo setor da educação no estado feita entre os anos de 2011 a 2014.

**Tabela 4 – Média das variações dos gastos com todos os níveis de educação**

Posição	Nº de Municípios	Associação	Média
1º	6	AMNOROESTE	22,3
2º	10	AMFRI	17,42
3º	15	AMESC	16,27
4º	18	AMUREL	14,67
5º	19	AMEOSC	14,54
6º	7	AMVALI	13,8
7º	22	GRANFPOLIS	13,66

8°	9	AMUNESC	13,63
9°	14	AMARP	13,55
10°	14	AMMVI	13,48
11°	28	AMAVI	13,3
12°	12	AMREC	12,8
13°	7	AMPLASC	12,53
14°	13	AMMOC	12,53
15°	15	AMAUC	11,26
16°	14	AMAI	11,23
17°	21	AMOSC	11,08
18°	10	AMPLANORTE	10,29
19°	18	AMURES	10,11
20°	5	AMURC	9,85
21°	17	AMERIOS	9,85

Fonte: Dados da pesquisa.

A Tabela 4 demonstra de forma agrupa a média realizada dos gastos com todos setores da educação no estado de Santa Catarina, o número de município que cada associação é formada e ainda apresenta a colocação de que cada associação de acordo com o montante gasto nos exercícios de 2011 a 2014.

Na primeira colocação com uma variação média de 22,30% está a AMNOROESTE, a segunda menor associação composta por 6 municípios. Evidenciou-se que os municípios que a formam os que mais destinaram recursos para a educação em relação no período estudado. A AMAVI sendo a maior associação por número de municípios ficou na 11° colocação com um media geral de gastos em todo setor da educação de 13,30%.

As três últimas colocações, são ocupadas pelas associações da AMURES com a 20° posição tendo um média geral de 10,11%, a AMURC ficou na 21° colocação tendo com variação média de 9,85% e ocupando a última posição está a AMERIOS formada por 17 municípios atingiu uma média dos gastos de 6,81 posicionando-se em 21° lugar, demonstrando que seus municípios, são os que menos alocaram recursos a financiamento da educação.

Em analogia a pesquisa de Borgert et al. (2012) analisou a relação entre os gastos realizados pelos estados brasileiros com Educação entre os anos de 2001 e 2010. Os resultados da pesquisa mostram que o Piauí é destaque positivo pela colocação em resultados sociais com poucos gastos, e Acre e Rondônia se destacam negativamente por apresentarem baixos resultados sociais com altos gastos.

Na Tabela 5 está demonstrado o montante dos gastos com educação no ensino fundamental pelos municípios de Santa Catarina agrupados por associações referente aos exercícios de 2011 a 2014.

**Tabela 5 - Gastos totais com ensino fundamental agrupado por associação dos municípios de SC**

Associação	Gastos 2011- R\$	Gastos 2012- R\$	Gastos 2013-R\$	Gastos 2014 –R\$
AMAI	R\$ 57.303.061,83	R\$ 58.645.172,64	R\$ 64.274.109,42	R\$ 68.981.004,80
AMEOSC	R\$ 49.899.080,66	R\$ 58.535.269,45	R\$ 62.490.147,75	R\$ 73.584.962,85
AMOSC	R\$ 102.358.553,71	R\$ 112.707.874,99	R\$ 119.176.087,79	R\$ 125.831.647,90
AMARP	R\$ 75.460.566,89	R\$ 89.033.920,47	R\$ 98.787.406,99	R\$ 114.003.620,08
AMAUC	R\$ 62.132.521,52	R\$ 69.756.162,43	R\$ 72.571.415,87	R\$ 80.441.273,01
AMAVI	R\$ 91.072.479,11	R\$ 108.271.134,08	R\$ 109.677.784,69	R\$ 124.158.297,23
AMERIOS	R\$ 40.245.617,82	R\$ 40.916.411,41	R\$ 45.117.960,01	R\$ 48.337.983,94
AMESC	R\$ 64.215.111,64	R\$ 73.478.499,13	R\$ 80.438.080,78	R\$ 99.058.581,83
AMFRI	R\$ 196.875.981,28	R\$ 234.554.913,78	R\$ 241.994.492,90	R\$ 272.052.997,48
AMMOC	R\$ 48.341.464,50	R\$ 60.066.600,56	R\$ 60.749.645,10	R\$ 65.421.971,93
AMMVI	R\$ 198.361.610,65	R\$ 230.290.196,86	R\$ 246.196.477,46	R\$ 264.824.101,10
AMNOROESTE	R\$ 15.011.267,51	R\$ 23.679.721,18	R\$ 20.108.806,85	R\$ 25.261.430,13
AMPLANORTE	R\$ 83.793.260,51	R\$ 104.455.881,36	R\$ 98.463.391,64	R\$ 97.689.892,09
AMPLASC	R\$ 35.755.466,19	R\$ 40.150.841,88	R\$ 43.819.769,03	R\$ 53.903.974,60
AMREC	R\$ 132.774.420,52	R\$ 131.698.797,89	R\$ 160.587.604,89	R\$ 168.273.288,06
AMUNESC	R\$ 269.035.047,03	R\$ 307.754.936,99	R\$ 335.949.618,30	R\$ 379.556.488,69
AMURC	R\$ 23.273.857,66	R\$ 25.077.045,19	R\$ 27.979.787,10	R\$ 30.453.846,03
AMUREL	R\$ 96.294.385,16	R\$ 114.987.576,09	R\$ 117.484.810,83	R\$ 135.261.249,92
AMURES	R\$ 126.947.274,71	R\$ 161.956.577,77	R\$ 160.416.630,91	R\$ 167.543.461,94
AMVALI	R\$ 93.978.060,81	R\$ 108.703.354,33	R\$ 112.550.219,79	R\$ 133.034.579,64
GRANFPOLIS	R\$ 278.609.921,24	R\$ 294.492.779,32	R\$ 335.371.202,63	R\$ 360.117.213,90

Fonte: Dados da pesquisa.

A Tabela 5 apresenta o montante dos gastos realizados pelos municípios catarinense no ensino fundamental agrupado pela associação a qual pertencem. Analisando os dados apresentados percebe-se que a associação da AMPLANORTE sofreu redução dos gastos, sendo que no ano de 2013 a redução foi de R\$ 5.992.490,00 e relação ao ano de 2012, já no exercício de 2014 esta redução foi no valor de 773.499,00 em relação ao ano de 2013.

Outra associação que sofreu redução dos valores gastos com educação no ensino fundamental por parte dos seus municípios foi a AMNOROESTE no ano de 2013, tendo uma queda no valor de R\$ 3.570.915 em relação ao valor destinado no exercício do ano 2012.

As demais associações do estado de Santa Catarina apresentam elevação dos gastos com ensino fundamental de educação por parte dos seus municípios que a compõem, demonstrando que as mesmas estão destinando mais recursos e cumprindo o percentual estabelecido pela Lei da Responsabilidade Fiscal.

Em conexão com o estudo de Almeida e Domiciano (2013), o qual buscou analisar os efeitos das variações dos gastos públicos municipais, de custeio e de capital, em educação sobre

o cumprimento das metas do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) 2011 na Paraíba, a partir do indicador de eficácia da gestão pública na rede municipal de ensino fundamental obteve como resultado que a variação positiva dos gastos não influenciam no melhor desempenho da educação.

A Tabela 6 apresenta as variações em percentuais que ocorreram com os gastos na educação do ensino fundamental pelos municípios catarinenses agrupados pelas associações nos anos de 2011 a 2014.

**Tabela 6 - Variação dos gastos com educação no ensino fundamental**

Associação	2011(%)	2012 (%)	2013 (%)	2014 (%)
AMNOROESTE	100	2,3	9,60	7,32
AMESC	100	17,3	6,76	17,75
AMPLASC	100	10,1	5,74	5,58
AMARP	100	18,0	10,95	15,40
AMEOSC	100	12,3	4,04	10,84
AMVALI	100	18,9	1,30	13,20
AMUREL	100	1,7	10,27	7,14
AMUNESC	100	14,4	9,47	23,15
AMFRI	100	19,1	3,17	12,42
AMAVI	100	24,3	1,14	7,69
AMMOC	100	16,1	6,91	7,57
AMURES	100	57,7	-15,08	25,62
AMMVI	100	24,7	-5,74	-0,79
AMURC	100	12,3	9,14	23,01
AMAUC	100	-0,8	21,94	4,79
GRANFPOLIS	100	14,4	9,16	12,98
AMREC	100	7,7	11,58	8,84
AMOSC	100	19,4	2,17	15,13
AMAI	100	27,6	-0,95	4,44
AMERIOS	100	15,7	3,54	18,20
AMPLANORTE	100	5,7	13,88	7,38

Fonte: Dados da pesquisa.

Na Tabela 6 apresentam-se as variações percentuais do montante gasto no ensino fundamental de educação pelos municípios catarinenses no exercício de 2011 a 2014. Na associação da AMESC teve um aumento de 17,3% no ano de 2012, passando no exercício de 2013 com uma elevação de 6,76% e fechando o ano de 2014 com uma variação de 17,75%.

A AMEOSC teve um aumento de 18% no ano de 2012, sendo que o exercício seguinte destinou menos recursos, tendo um percentual de elevação de 10,95% em relação ao 2012 e acabou o ano de 2014 com uma variação positiva de 15,40% em relação a 2013.

Na associação da AMUREL a amplitude da variação no ano de 2012 não foi muito expressiva sendo de 1,7% em relação ao ano de 2011, já no que no exercício de 2013 a elevação foi de 10,27% demonstrando que os municípios desta associação aplicaram mais recursos na prestação do serviço educacional.

Houve redução de gastos por parte de quatro associações, AMURES, AMMVI, AMAUC e AMAI. Na primeira houve elevação de 57,7% no ano de 2012, porém no exercício de 2013 os municípios efetuaram uma redução de verbas na qual impactou uma redução de -15,08% em relação ao período de 2012. A associação da AMMVI teve redução de gastos nos exercícios de 2013 de 5,74% e de 0,79% no exercício 2014. Na AMAUC a redução ocorreu somente no exercício de 2012 com um percentual de -0,8% em relação aos valores gastos no período de 2011.

A exemplo do estudo de Araújo et (2013), o qual analisou a eficiência da alocação dos recursos a educação e o volume de recursos destinados para o serviço público nota-se na a tabela 7 que no ano de 2012 apenas 1 associação sofreu redução dos gastos, no exercício de 2013 aumentou esse número para 4 entidades e fechando o período analisado novamente com 1 associação tendo redução em relação ao período anterior.

A Tabela 7 demonstra a colocação de cada associação de acordo com os valores gastos pelos municípios do estado de Santa Catarina no ensino fundamental.

**Tabela 7 – Média da variação dos gastos com educação no ensino fundamental**

Posição	Nº de Municípios	Associação	Média
1º	6	AMNOROESTE	22,76
2º	15	AMESC	15,68
3º	7	AMPLASC	14,81
4º	14	AMARP	14,78
5º	19	AMEOSC	13,94
6º	7	AMVALI	12,47
7º	18	AMUREL	12,24
8º	9	AMUNESC	12,18
9º	10	AMFRI	11,58
10º	28	AMAVI	11,13
11º	13	AMMOC	11,03
12º	18	AMURES	10,36
13º	14	AMMVI	10,19
14º	5	AMURC	9,39
15º	15	AMAUC	9,05
16º	22	GRANFPOLIS	8,99
17º	12	AMREC	8,64
18º	21	AMOSC	7,14
19º	14	AMAI	6,42

20°	17	AMERIOS	6,36
21°	10	AMPLANORTE	6,05

Fonte: Dados da pesquisa.

A Tabela 7 apresenta a colocação de cada associação de acordo com os montantes gastos no período de 2011 a 2014. Na 1° colocação ficou com a associação AMNOROESTE composta por 6 municípios, a qual apresentou uma variação média de 22,76%, em 2° lugar com maior variação nos gastos com ensino fundamental está a AMESC atingindo 15,68% e a terceira posição encontra-se a associação que mais destinou recursos com a educação foi a AMPLASC com uma variação de 14,81%.

As três últimas posições ficaram as associações da AMAI, AMERIOS e AMPLANORTE. Na 19° posição a associação da AMAI formada por 14 municípios apresenta uma variação média de 6,42%, na 20° colocação está a AMERIOS a qual é composta por 17 municípios com um percentual de 6,36% e na 21° colocação com uma variação de 6,05% está a associação da AMPLANORTE com 10 municípios participantes.

As médias apresentadas são referente ao período de 2011 a 2014 sendo que todos municípios atenderam o mínimo estabelecido pela LRF. Do universo da pesquisa apenas 4,76% das associações apresentam variação superior a 20%, 57,14% atingiram variação superior a 10% e 38,10% ficaram inferior a 10%.

As médias apresentadas não têm impactos em relação a quantidade de municípios que cada associação contem, percebe-se nas duas primeiras colocações há duas associações com números bem desigual de municípios. Na Tabela 8 é apresentado a média do IDEB do ensino fundamental das associações do estado de Santa Catarina no ano de 2011 sendo agrupado pela associação a qual os mesmos fazem parte.

**Tabela 8 - Médias do IDEB da 4° a 5° Série do ensino fundamental agrupados por associações**

Posição	Associação	Média IDEB 2011
1°	AMAUC	6,32
2°	AMEOSC	6,04
3°	AMMVI	5,93
4°	AMREC	5,86
5°	AMMOC	5,85
6°	AMVALI	5,85
7°	AMERIOS	5,75
8°	AMOSC	5,67
9°	GRANFPOLIS	5,61
10°	AMAVI	5,58

11°	AMUREL	5,57
12°	AMUNESC	5,54
13°	AMPLANORTE	5,44
14°	AMFRI	5,43
15°	AMAVI	5,39
16°	AMNOROESTE	5,37
17°	AMESC	5,33
18°	AMPLASC	5,33
19°	AMARP	5,26
20°	AMURC	5,12
21°	AMURES	4,58

Fonte: Dados da pesquisa.

A Tabela 8 apresenta a média do IDEB, agrupado por associação dos municípios Catarinenses, demonstrando a colocação de cada associação em ordem decrescente. A primeira colocada é a associação da AMAUC com um média de 6,32 em segundo lugar ficou a AMEOSC com uma média de 6,04 e atingindo a terceira colocação está a AMMVI com 5,93 de média. As duas primeiras colocadas atingem um patamar de qualidade da educação, na qual é comparada à média dos países desenvolvidos cuja nota é 6.

Quando relacionado com Soares e Xavier, (2013) percebe-se que o estudo investigou por meio da descrição dos algoritmos do IDEB, a concepção de qualidade e de equidade de escolas, tendo como resultados alcançados na pesquisa que algumas opções feitas na sua concepção têm consequências indesejáveis. A mesma situação apresenta-se neste estudo por meio dos dados apresentados nas tabelas 3 e 6 nas quais demonstram as maiores elevações com gastos na educação, porém não sendo as mesmas que obtêm as melhores médias junto ao IDEB.

As três últimas colocações ficaram as associações da AMARP, AMURCE e AMURES. A primeira atingiu uma média de 5,26 ficando na 19° posição, a AMURCE obteve uma média de 5,12 ficando colocada em 20° lugar e com menor nota das associações está a AMURES cuja nota é de 4,58 tendo ficado com a 21° colocação. Em relação aos gastos com todo setor da educação no Estado e os recursos destinados ao ensino fundamental as associações que mais aplicaram não foram as que melhor média obterem no IDEB. Sendo que a associação que mais gastou no ensino fundamental de acordo com a tabela 6 ficou no 16° colocação conforme apresentado na tabela 7. Em contrapartida a melhor média do IDEB apresentada na tabela 7 ficou em 15° colocação na variação dos gastos, tanto no setor geral da educação como no ensino fundamental

A Tabela 9 apresenta a média do IDEB do ensino fundamental dos municípios do estado de Santa Catarina no ano de 2013.

**Tabela 9 - Médias do IDEB da 4° a 5° série do ensino fundamental agrupado por associação**

Posição	Associação	Média IDEB 2013
1°	AMAUC	6,37
2°	AMEOSC	6,33
3°	AMMVI	6,19
4°	AMVALI	6,18
5°	AMREC	6,03
6°	AMNOROESTE	6,00
7°	AMAVI	5,93
8°	AMERIOS	5,88
9°	AMOSC	5,88
10°	GRANFPOLIS	5,85
11°	AMUNESC	5,80
12°	AMFRI	5,79
13°	AMAVI	5,78
14°	AMPLASC	5,62
15°	AMUREL	5,60
16°	AMPLANORTE	5,50
17°	AMESC	5,46
18°	AMARP	5,44
19°	AMURC	5,42
20°	AMURES	5,05
21°	AMMOC	4,98

Fonte: Dados da pesquisa.

A Tabela 9 apresenta as médias do IDEB obtidas pelos municípios agrupado pela associação a qual pertence. As três primeiras colocadas continuam sendo as mesmas apresentadas na tabela 7, porém na nota houve elevação no ano de 2013 em relação há 2011. Contudo nesta última avaliação passam a integrar 6 associações com nota maior que 6, média a qual a educação é projetada até 2022, aonde é usada por países desenvolvidos atualmente.

Nas três últimas colocações houve mudança, saindo da 19° a associação da AMARP e indo para a 18° com média de 5,44, a AMURC passou ocupar a 19° colocação com uma média de 5,42. A AMURES progrediu da 21° posição para 20° com nota média de 5,05, e a maior queda ocorreu com a associação da AMMOC que ocupava a 5° posição no ano de 2011 com a nota de 5,85, passando a ficar com a última posição em 2013 cuja nota foi de 4,98 conforme apresentado na tabela 8 impactando numa variação negativa de -1,39%.

Correlacionado a pesquisa de Silva e Silva, (2014) o qual analisou o perfil do IDEB no município de Araxá - MG obtendo como resultado da pesquisa que ano de 2011 duas escolas de Araxá conseguiram um resultado projetado para ser alcançado em 2022. Uma escola estadual obteve, nas séries finais, nota 6,0 e outra obteve nota 7,6, nas séries iniciais. Araxá, portanto, está com média superior à do Estado (5,8) e do país (3,5). Neste estudo a média 6 atingida no

ano 2009 corresponde apenas a duas associações, passando a elevar esse número no desempenho de 2013 com 6 associações alcançando, demonstrando crescimento de 200% entre esses dois exercícios que o IDEB foi realizado.

## 5 CONCLUSÕES E PESQUISAS FUTURAS

Diante da problemática apresentada a qual investigou-se a variação dos gastos com o todo setor da educação, os gastos com o nível fundamental e a média junto ao IDEB, verificou-se que as associações que apresentaram aumento das variações com os gastos na educação, não são as mesmas que alcançaram as maiores médias junto ao Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB).

A pesquisa identificou o que a associação que atingiu a melhor média no IDEB, é composta por um conjunto de 15 municípios, os quais estão gerindo os recursos repassados para desenvolver o ensino de suas regiões abrangentes. Em contrapartida ao resultado IDEB esta mesma associação ficou na 15<sup>o</sup> colocação em relação à elevação dos gastos com a educação, demonstrando que é possível ter ensino de qualidade sem que haja aumento expressivo de recursos aplicados.

Pela análise percebe-se que a qualidade da educação nos municípios catarinenses está evoluindo, isso comprova-se pelo aumento do número associações que atingiram média 6 ou superior junto ao IDEB, a qual é considerada nota de excelência, sendo comparada com países desenvolvidos. No período estudado 6 associações do nosso estado conseguiram resultados satisfatórios perante o Ministério da educação. Para pesquisas futuras sugere-se uma análise da população de cada associação a fim de poder fazer comparativos de diferentes regiões de acordo com o número de habitantes. Outra hipótese de estudo é investigar a formação dos profissionais envolvidos na educação, com o propósito de levantar as falhas existente na educação do estado.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, C, T, A.; DOMINICANO, L, F. Gastos públicos municipais e os resultados do IDEB: Evidências para os municípios paraibanos. **Revista Economia e Desenvolvimento**, v.14, n.1, p. 44-64, 2015.

ARAÚJO, O. A.; ARAÚJO, R. F.; SILVA, C. M.; SOUZA, V. J. F. Analise da eficiência dos gastos públicos em educação nos municípios do estado do Rio Grande do Norte. **Revista de Administração e Contabilidade**, v. 5, n. 3, p. 04-21, 2013.

- BEZZERRA, M.; F. SAVIAN, G.; P.; M. Análise de eficiência dos gastos públicos com educação no ensino fundamental no estado do Paraná. **Revista Econômica e Região**, v. 1, n. 1, p. 26-47, 2013.
- BEUREN, M.I. **Como Elaborar Trabalhos Monográficos em Contabilidade**. 3.ed. São Paulo. Editora Atlas S.A. 2006. p.92.
- BOHER, E.; COMUNELLO, L. A.; GODORTH, L. A. K. Eficiência do Gasto Público na Educação: O Caso do Sudoeste do Paraná, Brasil. **Revista Científica do TECAP - Tecnologia e Contabilidade em Pesquisa**, v. 7, n. 7, p. 209-222, 2013.
- BORGERT, A; FARIAS, S.; FLACH, L.; SOARES, V. S.; WILL, R. A. (2012). **Os Gastos com Educação nos Estados Brasileiros: uma Análise da Qualidade das Despesas Públicas**. V Encontro da Divisão de Administração Pública/APB. 18 a 20 de novembro em Salvador - Bahia
- BRASIL. **Portaria STN/SOF n.º 1 de 10 de dezembro de 2014 e Portaria STN n.º 700 de 10 de dezembro de 2014**. Manual técnico de contabilidade aplicada ao setor público: aplicada à união, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios: válido a partir do exercício de 2015.6. ed. Brasília. Disponível em: <  
[http://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/367031/CPU\\_MCASP\\_6edicao/05eea5ef-a99c-4f65-a042-077379e59deb](http://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/367031/CPU_MCASP_6edicao/05eea5ef-a99c-4f65-a042-077379e59deb)>. Acesso em:10 jun. 2014.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 96 p.
- CROZATTI, J. **Gasto médio por aluno, por professor e por escola e o IDEB no ensino fundamental das escolas municipais brasileiras: evolução e correlação de 1999 a 2009**. **Periódicos. Uem**, v. 32, n. 3, p. 91-109, 2013.
- DIEHL, A.A.; TATIM, C.D. **Pesquisa em Ciências Sociais Aplicadas**. São Paulo. Prentice Hall. 2004.
- FILHO, L. M. A. P.; DE QUEIROZ, B. D.; DE QUEIROZ, M.; VASCONCELOS, F.; A.; R. Uma investigação sobre a inconsistência entre o FUNBEB e a Lei de Responsabilidade Fiscal quanto a despesa com pessoal e encargos sociais: Um estudo nos municípios paraibanos nos anos de 2009 a 2012. **Registro contábil – RECON**, v. 5, n. 2, p. 100-117, 2014.
- GIL, A.C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**.4. ed. São Paulo: Atlas, 2002. p. 42-50.
- KAVESKI, S. D. I.; MARTINS, S. A. J.; SCARPIN, E. J. A eficiência dos gastos públicos com ensino médio regular nas instituições estaduais brasileiras. **Revista Enfoque: Reflexão Contábil**, v. 34, n. 1, p.29-43, 2015.
- MACÊDO, F. F. R. R.; KLOEPEL, N. R.; RODRIGUES JUNIOR, M. M.; SCARPIN, J. E. Análise da eficiência dos recursos públicos direcionados à educação: estudo nos municípios do Estado do Paraná. **Revista Administração Pública e Gestão Social**, v. 7, n. 2, p. 54-62, 2015.

MEDEIROS, F. S. B.; CHIEZA, R. A.; LOPES, T. A. M.; WEISE, A. D. Comportamento dos gastos em educação em Santa Maria – RS (2007-2011). **Revista Eletrônica de Estratégia & Negócios**, v. 6, n. 2, p. 128-157, 2013.

RAUPP, F. M; BEUREN, I. M. Metodologia da pesquisa aplicável às ciências sociais. In: BEUREN, Ilse Maria (Org.). **Como Elaborar Trabalhos Monográficos em Contabilidade: teoria e prática**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2004. p.96.

SILVA, M. C. Uma abordagem dos reflexos contábeis decorrentes do cancelamento das despesas públicas dos restos a pagar da união (1999-2003). **Revista Contabilidade & Finanças - USP**, v. 18, n. 43, p. 73-83, 2007.

SILVA, M. V. A.; RIBEIRO, P. M. IDEB: Avanço ou retrocesso à educação brasileira? O que dizem artigos publicados em periódicos entre 2007-2014. **Polêmica Revista Eletrônica**, v. 14, n. 4, p. 65-72, 2015.

SILVA FILHO, G. M.; PEREIRA, T. R. L.; DANTAS, M. G. S.; ARAUJO, A. O. Análise da Eficiência nos Gastos Públicos com Educação Fundamental nos Colégios Militares do Exército em 2014. **Revista Evidenciação Contábil & Finanças**, v. 4, n. 1, p. 50-64, 2016.

SILVA, A. A.; SILVA, Q. M. Perfil do IDEB (índice de desenvolvimento da educação básica) – do município de Araxá-MG. **Revista Evidência Olhares e Pesquisa em Saberes Educacionais**, v. 10, n. 10, p. 53-59, 2014.

SOARES, J. F.; XAVIER, F. P. Pressupostos educacionais e estatísticos do Ideb. **Revista Educação & Sociedade**, v. 34, n. 124, p. 903-923, 2013.

TAVARES, V. B.; ALVES, J. F. B. Políticas Públicas: Uma Análise dos Indicadores de Desempenho dos Gastos Públicos em Educação Básica nos Municípios do Cariri Ocidental da Paraíba. **Reunir: Revista de Administração, Contabilidade e Sustentabilidade**, v. 5, n. 3, p. 76-92, 2015.

QUEIROZ, D. B.; CAMARA, R. P. B.; DAMASCENA, L. G.; CHAGAS, M. J. R.; ALVES, K. R. C. P. A influência dos gastos do FUNDEB sobre o índice de pessoal e encargos sociais determinados pela lei de responsabilidade fiscal: um estudo de caso no município de Barra de Santa Rosa/PB. **Sociedade, Contabilidade e Gestão**, v. 5, n. 3, p. 51-66, 2010.

WILBERT, M. D.; D'ABREU, E. C. C. F. Eficiência dos gastos públicos na educação: análise dos municípios do Estado de Alagoas. **Advances in Scientific and Applied Accounting**, v. 6, n. 3, p. 348-372, 2013.